PODER JUDICIÁRIO

Promotorias de Justiça Especializadas na Proteção e Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão:

Considerando a instauração do Procedimento Preparatório n.º 24/2008-55º PRODEDIC, para apurar as possíveis irregularidades denunciadas a respeito da escola municipal São José, que está funcionando em prédio locado pelo poder público municipal, bem como a resposta da Secretária

Municipal de Educação mediante o Oficio nº 1604/2008-SEMED/GS em que "está providenciando a locação de outro imóvel para atender os alunos da Escola Municipal São José".

RESOLVE:

Converter em Inquérito Civil o Procedimento Preparatório n.º 24 /2008-55º PRODEDIC, para apurar a obra de reforma do prédio da Escola Municipal São José, no sentido dos discentes não terem que ficar estudando em imóveis locados pelo poder público Municipal sem as condições indispensáveis ao bom desempenho escolar.

DETERMINAR:

- 1. o registro do competente Inquérito Civil nº 24/2008-55ª PRODEDIC:
- 2. a nomeação do funcionário João Victor Tayah Lima para secretariar os trabalhos;
- 3. a juntada dos documentos acima mencionados e posterior conclusão dos autos:
- 4. a renumeração de todas as páginas do presente Inquérito Civil:
- 5. o envio desta portaria ao CAOPDC, para fins de conhecimento;
- 6. o envio desta portaria ao Procurador-Geral de Justica, para fins de publicação no Diário Oficial do Estado do

REGISTRE-SE, AUTUE-SE e PUBLIQUE-SE.

Após, voltem conclusos.

Manaus, 8 de setembro de 2008.

Suiomar Felicia dos Santos Castro

Promotora de Justiça 55º Promotoria de Justiça Especializada na Proteção e Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão

FT 07916

PROCESSO N.º 246637/2008 - PGJ

ESTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº 004/2007 - MP/PGJ

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Contrato de Administrativo nº 004/2007 - PGJ, relativo prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças e suprimentos dos equipamentos reprográficos da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

Objeto: Prorrogar por 12 (doze) meses o prazo de vigência e alterar especificação do contrato nº 004/2007 - MP/PGJ, a fim de modificar a Cláusula Primeira - Do objeto do Contrato Original e a Cláusula Segunda de seu 1º Termo Aditivo.

Modificação do Contrato Original: Incluir na prestação de serviços uma máquina copiadora modelo Sharp AL 1530 - CS. Prazo: 12 (doze) meses.

Fundamento Legal: Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

Ratificação: Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 004/2007 – MP/PGJ firmado em 03 de setembro de 2007 e aditivos, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este termo.

Contratante: Ministério Público do Estado do Amazonas, através da Procuradoría-Geral de Justiça.

Contratada: Macserv Copiadoras e Suprimentos Ltda. Signatários: Procurador-Geral de Justiça, Dr. Evandro Paes de Farias, CPF nº 007.001.852-91 e os sócios Sr. Waldir Caggy Tapajós Júnior, CPF nº 285.060.142-04, e Sra. Licelma Libório dos Santos CPF nº 214.872.272-72, em data de 03 de setembro

FI 07917

PROCESSO N.º 217948/2007 - PGJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/08 - MP/PGJ

Espécie: Contrato de obras e serviços de engenharia firmado em 15 de agosto de 2008, em conseqüência modalidade Concorrência nº 001/2008-CPL/MP/PGJ.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para executar obra referente à edificação de prédio anexo à sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas - PGJ/AM, destinado a abrigar os setores administrativos desta Instituição Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93.

Valor do Contrato: O valor do presente é de R\$ 3.198.373,56. Valor do Contrato: O valor do presente e de RS 5.198.3/3,56.

Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 11102;
Programa de Trabalho: 04.122.3084.2197.0001; Natureza da

Despesa: 44905114 — Prédios Públicos - Unidades

Administrativas; Fonte: 01000000, tendo sido emitida, pela

CONTRATANTE, em 24/07/08, a Nota de Empenho nº 2008NE00560, no valor de R\$ 1.500.000,00, decorrente de destaque orçamentário concedido pela SEGOV mediante

Contratante: Ministério Público do Estado do Amazonas, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça.

Contratado: MM Engenharia Ltda.

Signatários: Procurador-Geral de Justica, Dr. Evandro Paes de Farias, CPF nº 007.001.852-91 e os sócios da MM Engenharia, Sr. Marcus Antonio Assis de Oliveira, CPF 444.084.807-97, e Sr. Marcus Antonio Moraes Ferreira, CPF 789.368.457-72, em data de 15 de agosto de 2008.

mohe for al lames. por haver saído com incorreção 07918

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO № 002/2008-CPL/MP/PGJ

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS torna público que fará realizar às 10 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA) do dia 02 de outubro de 2008, na Sala de Reuniões à ela destinada sito no térreo de seu edificiosede, PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço por item.

OBJETO: Aquisição de materiais para manutenção do sistema de refrigeração, tipo menor preço por item, descritos e qualificados na forma do termo de referência 011/2008-SCS, Anexo I do Edital.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 22/09/2008 no

site www.comprasnet.gov.br.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 02/10/2008 a partir das

10h no site www.comprasnet.gov.br.
INFORMAÇÕES GERAIS: Edital disponível no site

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação pelo Telefones (92) 3655-0701 "Fac-símile" (92) 3655-0743 ou pelo licitacao@mp.am.gov.br.

Manaus, 12 de setembro de 2008

GLAUCIA MARIA ARAUJO RIBEIRO Presidente da Comissão Permanente de Licitação

FT 87913 :

RELAÇÃO DOS LIVROS QUE ESTÃO À VENDA NA

IMPRENSA OFICIAL

- 1 Livro: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.
- Livro: LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (LEI COMPLEMENTAR N.º 011, DE 17.12.93).
- Livro: NOVA LEI DE LICITAÇÃO (LEI N.º 8.666 ATUALÍZADA PELA LEI N.º 8.883).
- Livro: CÓDIGO JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS (LEI N.º 1.503, DE 30.12.81 ATUALIZADA).
- Livro: LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.
- Livro: LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.
- Livro: ESTATUTO DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO.
- 8 Livro: ESTATUTO DO IDOSO.
- Livro: NOVO CÓDIGO CIVIL.